

RESOLUÇÃO PATRIOTA Nº 03, DE 25 DE ABRIL DE 2019.

“Estabelece os critérios obrigatórios para as Direções Estaduais do PATRIOTA, visando a implementação do Sistema de Gerenciamento Centralizado de Prestação de Contas por parte da Direção Estadual do PATRIOTA, em relação aos Municípios da respectiva Unidade da Federação, para propiciar assim, o regular desenvolvimento de administração centralizada na direção estadual do partido, para a elaboração, análise e entrega das prestações de contas anuais de obrigação das direções municipais do PATRIOTA em todo o território nacional, e da outras providências.”

A Comissão Executiva Nacional do PATRIOTA no uso de suas atribuições instituídas no artigo 12 e artigo 38, inciso VII todos do estatuto nacional registrado no C. Tribunal Superior Eleitoral em 28.03.2019, e também em perfeita conformidade com o artigo 37, § 1º, “i”, artigo 38, § 8º, “d”, “g”, artigo 50, IV, artigo 59, V, 60, VII, “a”, artigo 66, artigo 67, artigo 68, artigo 69, artigo 71, I e III, todos do estatuto nacional do partido, e em consonância da deliberação da direção nacional do PATRIOTA preferida em 25.04.2019.

RESOLVE:



★ ★ ★ ★ ★

SEDE: SHN Quadra 2, Bloco F, Conj 1510, sala "B" Ed. Executive Office Tower Asa Norte - Brasília-DF - CEP 70702-000

SUB-SEDE: Rodovia Municipal Said Ahmed Saleh, Km 5, S/Nº Chácara Piquiri Bela Vista - Ala 'A' - CEP 14860-000 Barrinhão/SP - Caixa Postal 44

f /Patriota51oficial

✉ nacional@patriota51.org.br

www.patriota51.org.br

youtube.com/PATRIOTA51

PATRIOTA 51
BRASIL ACIMA DE TUDO

Artigo 1º. Todas as Direções Estaduais do PATRIOTA, sejam elas de caráter Definitivo ou Provisório, deverão obrigatoriamente implementar o Sistema de Gerenciamento Centralizado de Prestação de Contas, para a elaboração, estudo e apresentação das prestações de contas anuais, de obrigação das Direções Municipais Definitivas ou Provisórias do PATRIOTA, na respectiva Unidade da Federação.

Artigo 2º. Para a implementação do Sistema de Gerenciamento Centralizado para a elaboração, estudo e apresentação das prestações de contas anuais, de obrigação das Direções Municipais Definitivas ou Provisórias do PATRIOTA, na respectiva Unidade da Federação, a Direção Estadual do PATRIOTA deverá fazer valer o atendimento do estatuto do PATRIOTA, em especial o que constam no artigo 60, VII, "a", e artigo 61 § 2º, para que assim tenha receita para implementar e contratar profissional da contabilidade e advogado inclusive, para a elaboração, estudo e apresentação das contas partidárias anuais e eleitorais das Direções Municipais para a justiça eleitoral da respectiva circunscrição partidária municipal.

§ 1º: Os valores devidos por força do artigo 60, VII, "a" e artigo 61 § 2º ambos do estatuto nacional do PATRIOTA, já estão aprovados e determinados para o ano de 2019, por meio da Resolução PATRIOTA nº 02 de 2019.

§ 2º. Para os anos subsequentes, serão implementadas novas resoluções internas do partido para tal finalidade; ou ainda, poderá ser determinada a manutenção dos valores do ano anterior, mediante deliberação da Direção Nacional do PATRIOTA.

Artigo 3º. A direção partidária de âmbito estadual do PATRIOTA que não atender as disposições constantes na presente resolução interna partidária, nos termos do artigo 71, I e III do estatuto nacional do PATRIOTA sofrerá a dissolução do respectivo diretório estadual, bem como sofrerá a destituição da respectiva comissão executiva partidária estadual.

Artigo 4º. A Direção Estadual do PATRIOTA deverá obrigatoriamente apresentar relatório trimestral para a Direção Nacional do Partido, contendo:

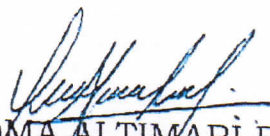
- I. A relação dos municípios em situação regular perante a justiça eleitoral na respectiva circunscrição;
- II. O relatório descritivo com a posição do andamento dos processos de prestação de contas individuais dos municípios da respectiva unidade da federação.

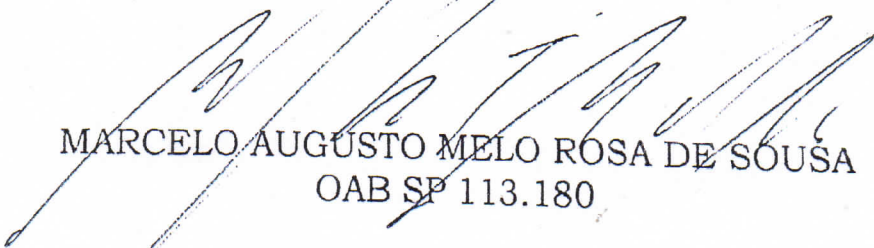
Artigo 5º. Os casos omissos ou controvertidos serão dirimidos pela Comissão Executiva Nacional do PATRIOTA, se necessário.

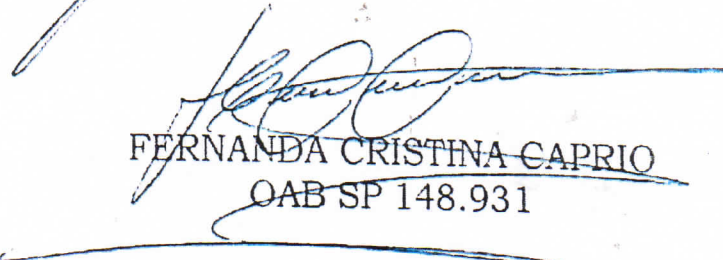
Artigo 6º. Esta Resolução interna partidária entra em vigor na presente data.

Brasília, 25 de abril de 2019.


ADILSON BARROSO OLIVEIRA
Presidente Nacional


OVASCO ROMA ALTIMARI RESENDE
Primeiro Vice Presidente Nacional do PATRIOTA


MARCELO AUGUSTO MELO ROSA DE SOUSA
OAB SP 113.180


FERNANDA CRISTINA CAPRIO
OAB SP 148.931